



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
Modernização do Data Center

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

I - Objeto:

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento de materiais e instalação de equipamentos necessários para execução das instalações da nova Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), sala NOC e áreas afins, execução da movimentação dos equipamentos (moving), execução de reforço estrutural e prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva destas instalações, no edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, localizado na Av. Presidente Wilson, nº198, Castelo, Rio de Janeiro.

O presente objeto é composto de um Lote Único, com três itens, a seguir descritos:

| Item | Descrição |
|------|---|
| 01 | Execução de reforço estrutural. |
| 02 | Execução dos serviços, fornecimento de materiais e instalação de equipamentos necessários para execução das instalações da nova Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), sala NOC e áreas afins, e, execução da movimentação dos equipamentos de TI (moving). |
| 03 | Prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva destas instalações por 12 (doze) meses. |

1.1 Especificações do Objeto

| Lote | Item | Descrição |
|------|------|--|
| 1 | 1 | Execução das obras, serviços e fornecimento de materiais referentes ao reforço estrutural das lajes e vigas do piso do pavimento térreo, de acordo com o projeto executivo de reforço estrutural, Anexo 1.10, deste Termo de |

Referência, bem como de acordo com os procedimentos e especificações constantes no Caderno de Encargos, Anexo 1.11, deste Termo.

- 2 Execução dos serviços, fornecimento de materiais e instalação de equipamentos necessários para execução das instalações de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), sala NOC e áreas afins, e, execução da movimentação dos equipamentos de TI (moving). Os serviços deverão obedecer os requisitos técnicos mínimos descritos no Memorial Técnico, Anexo 1.1 deste Termo. Esta infraestrutura será instalada no pavimento térreo da edificação, com as respectivas áreas:

- Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center): 28,31 m²;
- Sala de geradores: 25,08 m²;
- Sala NOC: 28,19 m²;
- Sala Nobreak: 10,86 m²;
- Sala Telecom: 14,75 m²;
- Hall de entrada: 11,53 m².

Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos, abaixo indicados:

- Projeto Arquitetônico (Anexo 1.2);
- Projeto de Climatização (Anexo 1.3);
- Projeto de Detecção e Combate a Incêndio e Sinalização de Segurança da Sala Modular Certificada (data center) e áreas afins (Anexo 1.4);
- Projeto de Hidráulica (Anexo 1.5);
- Projeto de Rede de Distribuição de Energia Elétrica para Sala Modular Certificada (data center) incluindo o nobreak e Grupo Gerador (Anexo 1.6);
- Projeto da Rede de Telecomunicações, onde serão especificados todos os requisitos para a infraestrutura física da rede de Telecomunicações da Sala Modular Certificada (data center) e demais áreas afins (Anexo 1.7);
- Projeto de Sistema de Segurança (Anexo 1.8);
- Projeto do Sistema de Óleo Diesel (Anexo 1.9).

A Sala Modular (sala cofre) deverá ser certificada e instalada com atendimento a todos os requisitos indicados na norma ABNT NBR 15.247.

Quando do seu fornecimento deverá ser apresentada documentação do fabricante com indicação do atendimento da certificação através de Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO.

Ao término da montagem da célula, a mesma deverá receber um selo de certificação específico, emitido pelo Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO.

A Sala Modular Certificada (Sala Cofre) deverá ser aderente à NBR 60529 quanto ao grau de proteção IP66 e/ou IP67 e WK3 e/ou WK4 para EN 1627/1630. A comprovação de aderência à estes requisitos deverá ser realizada através de declaração fornecida pelo fabricante ou através de certificação emitida por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO.

Ao término da montagem da Sala Modular Certificada (sala cofre) deverá ser realizado o teste de estanqueidade de acordo com a norma ASTM E779. Esse teste deverá ser realizado após a conclusão de todos os testes e verificações previstos no plano de comissionamento.

A Sala Modular Certificada (sala cofre) deverá proporcionar as condições ambientais estabelecidas na NBR 11.515, limitando, em caso de incêndio, a temperatura interna abaixo de 75°C e a umidade relativa inferior a 85%.

- 3 Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva destas instalações pelo período de 12 (doze) meses. Os serviços de manutenção deverão ser "on-site", 24 horas por dia e 7 dias por semana, englobando o fornecimento de todos os materiais, produtos, insumos, equipamentos, ferramentas, infraestrutura, peças de reposição e serviços necessários ao funcionamento contínuo e seguro da Sala Modular Certificada. As normas e os encargos que presidirão o desenvolvimento dos serviços técnicos estão estabelecidas no Memorial Técnico, Anexo 1.1 deste Termo.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Conforme descrito nos Estudos Preliminares, documento 1022106 , aprovado em 05/10/2020, por Fábio Galerani Rodrigues Alves, Secretário de Manutenção e Serviços Gerais e Gerente da iniciativa Modernização do Data Center.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO:

a) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução a ser contratada abrange prestação de serviços, fornecimento de produtos, *softwares*, mobiliário e equipamentos necessários para a completa implantação e operacionalização de um *Data Center* em área destinada a esse fim pelo TRE-RJ, compreendendo:

1 - adequação de projetos executivos e documentação “as built”;

2 - execução do reforço estrutural e adequação civil do espaço disponibilizado para acomodação da nova infraestrutura;

3 - implantação de *Data Center*, com fornecimento e instalação de:

3.1 - célula estanque com paredes e portas corta-fogo;

3.2 - piso técnico elevado para célula estanque, sala de UPS, sala de telecomunicações, sala de monitoramento e área de circulação, incluindo rampa para compensar eventual desnível entre as áreas com piso técnico elevado e as demais áreas do edifício;

3.3 - sistema de climatização de precisão redundante que suporte funcionamento ininterrupto para a célula estanque;

3.4 - sistema de climatização de conforto redundante que suporte funcionamento ininterrupto para a sala de UPS;

3.5 - sistema de provimento ininterrupto de energia elétrica para célula estanque, incluindo fornecimento e instalação de gerador, chaves de transferência automáticas, UPS redundantes, quadros de distribuição com disjuntores, IDR, DPS e demais dispositivos de proteção, tomadas e fiação necessários, conforme NBR 5410;

3.6 - circuitos de energia elétrica para as demais áreas definidas no leiaute incluindo fornecimento e instalação de quadros de distribuição, disjuntores, tomadas e fiação necessários;

3.7 - sistema de detecção precoce e combate a incêndio com uso de gás inerte para a célula estanque e sala de UPS;

3.8 - sistema de detecção e combate a incêndio com uso de extintores apropriados para as demais áreas definidas no leiaute;

3.9 - controle biométrico de acessos;

3.10 - vigilância, por meio de câmeras de vídeo (CFTV) com gravação, dos pontos de acesso e do interior da célula estanque, da sala de telecomunicações e da sala de UPS;

3.11 - subsistemas de monitoramento e vigilância;

3.12 - cabeamento estruturado, telefonia e rede, composto por cabos de fibra óptica e UTP para todas as áreas definidas no leiaute, incluindo fornecimento e instalação de leitos para distribuição de cabeamento elétrico e lógico no entrepiso e sobre o forro;

3.13 - cabeamento vertical composto por cabos de fibra óptica, coaxial e UTP, interligando o *Data Center* aos centros de distribuição da rede (*wiring closet*) do Tribunal e ao distribuidor geral (DG) de telecomunicação, incluindo fornecimento e instalação de leitos complementares eventualmente necessários para servir de berço ao cabeamento, além de equipamentos como *patch panels* e distribuidores ópticos;

3.14 - fornecimento e instalação de racks padronizados para servidores de rede e equipamentos de telecomunicação;

4 - serviço de movimentação de equipamentos (*moving*) do CPD atual para o novo ambiente a ser instalado. A listagem dos equipamentos encontra-se no Anexo 1.23 deste Termo;

5 - capacitação de servidores para utilização do *Data Center* e respectivos subsistemas de segurança e monitoramento;

6 - garantia contra defeito de fabricação e de instalação, por doze meses, contados da data do recebimento definitivo de toda a solução de *Data Center*, incluindo equipamentos, softwares, materiais e serviços;

7 - serviços de manutenção e suporte técnico *on site* para toda a solução durante todo o período de garantia.

8 - serviços de manutenção preventiva (programada) e corretiva de sala modular certificada, na modalidade integral, com fornecimento de peças, material e mão de obra.

b) NATUREZA DO OBJETO E DA CONTRATAÇÃO

1 - O objeto a ser contratado, sem descaracterizar seu aspecto técnico, pode ser considerado um serviço comum de engenharia, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por

meio de especificações usuais praticadas no âmbito do mercado de Data Centers.

1.1 - O objeto está sendo considerado serviço comum de engenharia uma vez que a parcela referente aos serviços equivale a 99,645% da planilha estimativa da solução de Data Center e a parcela referente à obra equivale à 0,355%. A planilha estimativa consta nos autos do processo 137.572/2018 e apresentou um valor total de R\$5.860.109,77 (cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, cento e nove reais e setenta e sete centavos).

1.2 - Considerando que existe a execução da obra de reforço estrutural, que de acordo com a planilha estimativa apresentada apontou um valor de R\$220.252,04 (duzentos e vinte mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos), a parcela de obra passa a ser de 3,51% aproximadamente, e a parcela referente aos serviços passa a ser de 96,49%. A planilha estimativa da obra de reforço estrutural citada consta nos autos do processo SEI 2019.0.000060917-0.

2 - A instalação do *Data Center*, cujo limite será o aceite definitivo da solução, bem como a execução do reforço estrutural, não guardam relação direta com a prestação de serviço continuado, pois se destina a atender uma necessidade pontual e instantânea.

3 - Os serviços de manutenção preventiva (programada), corretiva e suporte técnico, contudo, devem ser contratados anualmente, mesmo durante o período de garantia, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, o que remete para o entendimento e caracterização de prestação continuada de serviço.

c) MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

1 - Como o serviço pretendido é oferecido por diversos fornecedores no mercado e apresenta características que podem ser objetivamente medidas, sugere-se a sua contratação por meio de pregão sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “menor preço”.

2 - Reitera-se aqui o enquadramento do objeto como serviço comum de engenharia, conforme estabelecido nos itens 1.1.1 e 1.1.2 da 'NATUREZA DO OBJETO', que demonstra que a parcela referente à obra é de 3,51% e a parcela referente aos serviços é de 96,49%, considerando o valor total das planilhas estimativas para implantação do Data Center.

3 - As definições quanto ao enquadramento dos itens da planilha em obra ou serviço levou em consideração, a princípio, a Orientação Técnica OT – IBR 002/2009 – Obra e Serviço de Engenharia do IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. Segundo a Orientação Técnica, obra de engenharia é:

“(...) a ação de construir, reformular, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66.”

Da mesma forma, segundo a citada Orientação Técnica, a definição de serviço de engenharia é:

“Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. (...)”

Ademais, além das definições trazidas pelo IBRAOP, o Decreto 10.024/2019 traz a definição de serviço comum de engenharia. O inciso VIII, do artigo 3º, considera serviço comum de engenharia como:

“atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;”

Cabe citar, por fim, a Súmula nº 257 do Tribunal de Contas da União:

“O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.”

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

a) Disposições Gerais

- 1 - Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos, planilhas e especificações ora fornecidos deverão ser, antecipadamente, objeto de impugnação e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários.
- 2 - A CONTRATADA será considerada como especializada nos serviços em questão; por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.
- 3 - No caso de divergência de informações entre os desenhos fornecidos e as especificações, a FISCALIZAÇÃO deverá ser consultada.
- 4 - Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.
- 5 - A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar incluídos nos respectivos custos unitários.
- 6 - Após a celebração do contrato, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela FISCALIZAÇÃO e aprovado pela ADMINISTRAÇÃO.
- 7 - A CONTRATADA deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços em plena consonância com o cronograma. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.
- 8 - As marcas e produtos indicados nos projetos, especificações e listas de materiais admitem o similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.
- 9 - A similaridade indicada relaciona-se ao atendimento dos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação e de funcionalidade.
- 10 - A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, caso entenda necessário, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação de amostras, laudos técnicos do material ou produto e/ou laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a CONTRATADA. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados no Tribunal.
- 11 - Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar, para estas áreas, às suas expensas, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.
- 12 - A CONTRATADA cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao TRE-RJ.
- 13 - A FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada por ela terá livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.
- 14 - Os projetos e especificações técnicas fornecidas, planilha de formação de preços do licitante vencedor, critérios de medição, cronograma físico-financeiro e respectivos detalhes e complementos serão parte integrante do contrato.
- 15 - A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

16 - Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

17 - Todo o transporte vertical e horizontal de materiais, equipamentos e resíduos ficará a cargo da CONTRATADA.

18 - Quando a CONTRATADA pretender executar serviços aos finais de semana e/ou feriados, a relação dos serviços a serem executados nesse período deve ser enviada à FISCALIZAÇÃO com uma antecedência mínima de 48 horas úteis, para que seja avaliada a necessidade de acompanhamento.

19 - Deverão ser realizadas reuniões periódicas e sistemáticas com a FISCALIZAÇÃO.

b) Normas técnicas aplicáveis:

Todo o fornecimento de equipamentos e serviços executados pela CONTRATADA deverá obedecer às determinações dessa especificação e atender as normas da ABNT e subsidiariamente as Internacionais recomendadas, obedecendo ao disposto no Decreto 10.229/2020. A edição válida de cada norma será a vigente na data de realização dos serviços por parte da CONTRATADA não desprezando revisões futuras, conforme a seguir:

1. *ANSI/TIA-568.0-D, Generic Telecommunications Cabling for Customer Premises;*
2. *ANSI/TIA/EIA-568.1-D - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;*
3. *ANSI/TIA-568.2-D - Balanced Twisted-Pair Telecommunication Cabling and Components Standard;*
4. *ANSI/TIA-568.3-D - Optical Fiber Cabling And Components Standard;*
5. *ANSI/TIA-568.4-D - Broadband Coaxial Cabling and Components Standard;*
6. *ANSI/TIA/EIA-569-D - Commercial Building Standard for Telecommunications Pathways and Spaces;*
7. *ANSI/TIA/EIA-606-C - Administration Standard for the Telecommunications Infrastructure Commercial;*
8. *ANSI/TIA/EIA-607-C - Commercial Building Grounding and Bonding Requirements for Telecommunications;*
9. *ANSI/TIA 862-B - Building Automation Systems Cabling Standard for Commercial Buildings;*
10. *ANSI/TIA 942-B - Telecommunications Infrastructure Standard for Data Centers;*
11. *ANSI/BICSI/002-2014 - Data Center Design and Implementation Best Practices;*
12. *NBR ISO/IEC 27002 - Tecnologia da Informação - Código de prática para a gestão da segurança da informação;*
13. *ISO/IEC 11801 – Generic Cabling For Customer Premises;*
14. *NBR 11836 - Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio;*
15. *NBR 14565 - Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;*
16. *NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;*
17. *NBR 17240 - Execução de Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio;*
18. *NBR 11515 - Guia de práticas para segurança física relativa ao armazenamento de dados;*

19. NBR 15247:2004 - Unidades de armazenagem segura - Salas cofre e cofres para hardware - Classificação e método de ensaio de resistência ao fogo;
20. NBR 10080 - Instalações de ar condicionado para sala de Computadores;
21. TIA-942 - "Telecommunications infrastructure standard for data centers".
22. NFPA 2001 -Standard on Clean Agent Fire Extinguishing Systems;
23. NFPA 72 - National fire prevention code;
24. NBR 10067 – Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico
25. Recomendações dos fabricantes quanto à instalação de seus equipamentos.

Também deverão ser rigorosamente seguidas as Normas Regulamentadoras – Nrs, relativas à segurança e medicina do trabalho.

c) Critérios de sustentabilidade:

Levando-se em conta as recomendações contidas no Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações deste Regional, a concepção do projeto e as especificações concernentes observaram, bem como os serviços a serem prestados deverão observar os seguintes requisitos:

- 1 - critérios que garantam o nível “A” de eficiência energética, conforme disposto no Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos - RTQ-C do Inmetro - Portaria nº 372/10;
- 2 - utilização de revestimentos de cor clara nas paredes e tetos;
- 3 - aproveitamento de ventilação natural, quando couber;
- 4 - apresentação de projeto para implantação de canteiro de obras organizado, com critérios mais sustentáveis por meio de gestão de resíduos sólidos da construção civil, em obediência ao disposto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, de modo que ocorra a disposição final ambientalmente adequada e integrada, sem prejuízos para a logística reversa destinada a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, de modo que ocorram o reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada;
- 5 - as recomendações contidas na norma técnica ABNT NBR 15112:2004 (resíduos da construção civil e resíduos volumosos - áreas de transbordo e triagem - diretrizes para projeto, implantação e operação), bem como as contidas na ABNT NBR 15114:2004 (resíduos sólidos da construção civil - áreas de reciclagem - diretrizes para projeto, implantação e operação);
- 6 – o contido na Resolução CONAMA nº 307/02 e Decreto nº 4.581 de 27 de janeiro de 2003, da Presidência da República;
- 7 – a prioridade ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras, quando couber;
- 08 - adoção de medidas pela contratada para evitar o desperdício de água tratada;
- 09 - instalações hidrossanitárias que consideram a utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com aeradores, sanitários com caixa de descarga elevada de volume determinado;
- 10 - uso de lâmpadas de alta eficiência energética, com Selo Procel de economia de energia;
- 11 - rigorosa observância ao Decreto-Lei 5.452/1943 (CLT), às Convenções Internacionais da OIT ratificadas pelo Brasil, ao Decreto 4.552/2002, assim como às Instruções Normativas e Normas Regulamentadoras de

segurança do trabalho, em especial no tocante ao anexo I da Portaria 3.733/2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

12 - integral observação às condições de segurança e saúde no trabalho, conforme disposto pelo anexo I – NR-18 - da mencionada portaria, sobretudo quanto às responsabilidades, ao programa de gerenciamento de riscos (PGR), às áreas de vivência, às instalações elétricas, às etapas de obra, ao uso de escadas e rampas, às medidas de proteção contra quedas de altura, às máquinas, equipamentos e ferramentas, à movimentação e transporte de materiais, ao uso de andaimes e plataformas de trabalho, à sinalização de segurança, à capacitação, à carga horária, à periodicidade e ao conteúdo programático, no que couber;

13 - obrigatória comunicação ao órgão regional competente em matéria de Inspeção do Trabalho, antes do início das atividades, de informações sobre obras de construção. A Portaria nº 540, de 25/5/16, determinou que o registro previsto no item 18.2 da NR 18 seja realizado por meio do SITSCPO - Sistema de Comunicação Prévia de Secretaria de Inspeção do Trabalho, devendo a contratada apresentar o recibo de comunicação para a fiscalização do contrato;

14 – canteiro de obras permanentemente limpo e arrumado, sem materiais e ferramentas espalhadas pelo prédio e arredores. Serão de uso permanente e obrigatório os equipamentos de proteção individual e coletivo – EPI e EPC;

15 - especial atenção aos trabalhos em altura e aos riscos de queda, devendo-se atentar para os requisitos indispensáveis de segurança no uso de escadas e andaimes, não sendo tolerada a execução de trabalho que não atenda, previamente, aos requisitos de saúde e segurança do trabalhador;

16 - serviços que envolvam as instalações elétricas deverão ser executados por profissionais capacitados, e acompanhados por profissional habilitado, respeitando-se as orientações contidas na NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, em especial quanto aos riscos de contato;

17 - Os equipamentos de climatização deverão possuir o nível mais elevado de eficiência energética da respectiva categoria.

d) Cronograma:

Os cronogramas de execução das obras de reforço estrutural (item 01), estimado em 60 (sessenta) dias, bem como dos serviços de implantação do Data Center (item 02), estimado em 180 (cento e oitenta) dias, constam no Anexo 1.14 e no Anexo 1.15 deste Termo, respectivamente.

Desta maneira, o prazo de vigência referente aos itens 1 e 2, deverá ser de 12 (doze) meses, enquanto que o prazo de execução deverá ser de 240 (duzentos e quarenta) dias ou 8 (oito) meses.

A prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva das instalações (item 3) deverá ter uma vigência de 12 meses, contados a partir da emissão do recebimento provisório dos itens 1 e 2. A rotina e as periodicidades das atividades de manutenção preventiva constam no Memorial Técnico, Anexo 1.1 do presente Termo.

Os cronogramas citados deverão servir de referência para a CONTRATADA elaborar sua proposta de cronograma, levando em conta a produtividade de sua mão de obra e equipamentos, sem contudo, exceder o prazo de execução estabelecido.

A CONTRATADA deverá apresentar seu planejamento, incluindo o plano de ataque dos serviços/obra, os equipamentos a serem utilizados e a produção esperada, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado na proposta, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, o qual será submetido à aprovação pela FISCALIZAÇÃO.

O cronograma físico-financeiro servirá como base para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções, conforme item específico do edital.

e) Vistoria facultativa:

As empresas poderão realizar vistoria junto ao local de execução dos serviços, mediante agendamento prévio com a COENG (telefone: (21) 3436-8083), ou via e-mail coeng@tre-rj.jus.br, no horário compreendido entre 11 e 17h, a fim de tomar conhecimento de todas as peculiaridades relativas ao local de execução do Objeto.

Após a vistoria, a COENG emitirá um “Atestado de Vistoria”, de acordo com Anexo 1.16, o qual será enviado à empresa, devendo este ser apresentado no momento da licitação.

A licitante que não vistoriar os locais assumirá todo o ônus referente ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa vistoria, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização do serviço. A licitante deverá emitir a “Declaração de Renúncia da Vistoria”, conforme Anexo 1.17 a qual deverá ser apresentada no momento da licitação, devidamente preenchida e assinada pelo Responsável Técnico da empresa ou pelo seu representante legal ou procurador.

f) Habilitação técnica:

A LICITANTE deverá comprovar sua capacidade técnica e a de seus profissionais através da apresentação dos seguintes documentos:

1 - Comprovação de registro da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome da LICITANTE, dentro do seu prazo de validade, da qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com os serviços de maior relevância do objeto da licitação, descritos na alínea "x" deste item, e a relação de seus responsáveis técnicos.

2 - Apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica em nome da empresa LICITANTE, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a mesma ter executado os serviços a seguir indicados conforme itens de maior relevância:

- Fornecimento e execução de construção de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), com área construída de no mínimo 20 m², com realização de teste de estanqueidade;
- Fornecimento e instalação de Sistema de Climatização de precisão para Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center);
- Fornecimento e instalação de sistema de geração de energia elétrica composto de gerador, quadros de distribuição de eletricidade e aterramento;
- Fornecimento e instalação de rede de distribuição elétrica estabilizada, compreendendo nobreak, quadros de distribuição de eletricidade, cablagem e aterramento;
- Manutenção Preventiva e Corretiva em ambiente de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), em Grupo gerador de energia elétrica baseado com potência de no mínimo de 100 kVA;
- Manutenção Preventiva e Corretiva em ambiente de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), em sistema de Nobreak com potência elétrica nominal mínima de 60 kVA;
- Manutenção Preventiva e Corretiva em ambiente de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center) com características semelhantes;

2.1 – O(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s), deverá(ão) ser emitido em papel timbrado da Empresa contratante, com identificação de nome, cargo.

3 - A LICITANTE deverá apresentar CERTIFICADO ou DECLARAÇÃO, fornecido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO para o escopo sala cofre, onde conste que a sala cofre é certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247.

4 - A LICITANTE deverá apresentar CERTIFICADO, fornecido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO para o escopo sala cofre, onde conste que a sala cofre atende à norma NBR 60529 quanto ao grau de proteção IP 66 e/ou IP67 e que a resistência contra arrombamento atende à classificação WK3 e/ou WK4 de acordo com a norma EN 1627/1630, ou, apresentar DECLARAÇÃO fornecida pelo FABRICANTE da sala cofre, onde conste que a mesma está aderente à norma NBR 60529 quanto ao grau de proteção IP 66 e/ou IP67 e que a resistência contra arrombamento está aderente à classificação WK3 e/ou WK4 de acordo com a norma EN 1627/1630.

5 - A LICITANTE deverá comprovar a qualificação técnica de sua equipe técnica, comprovando que possui em sua equipe técnica os seguintes profissionais, com as respectivas qualificações:

5.1 - 01 (um) Engenheiro Eletricista, com comprovada experiência em instalações de redes de distribuição elétrica para ambientes de missão crítica, devendo esta comprovação ser efetuada por meio da apresentação de cópia de CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA e do respectivo atestado;

5.2 - 01 (um) Engenheiro Mecânico, com comprovada experiência em serviços de instalação de sistemas de climatização para ambientes de missão crítica devendo esta comprovação ser efetuada por meio da apresentação de cópia de CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA e do respectivo atestado;

5.3 - 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, com comprovada experiência em serviços de construção/instalação de Data Center devendo esta comprovação ser efetuada por meio da apresentação de cópia de CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA ou CAU e do respectivo atestado;

5.4 - A comprovação de vínculo da empresa licitante com o profissional indicado poderá ser demonstrada através da carteira de trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

5.5 - Os profissionais detentores dos atestados de responsabilidade técnica solicitados deverão ser responsáveis técnicos dos respectivos serviços, admitindo-se sua substituição apenas em situações excepcionais, por profissionais com acervo técnico equivalente ou superior, devendo a substituição ter a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

g) Comprovação de capacidade técnica para execução dos serviços de reforço estrutural e da movimentação dos equipamentos de TI (moving):

Os serviços referentes à execução da obra de reforço estrutural e da movimentação dos equipamentos de TI (moving) são considerados de relevância técnica, porém, não apresentam valor significativo. Esses itens, por não possuírem, simultaneamente, os requisitos necessários para estarem presentes na habilitação técnica do certame, terão a comprovação de sua capacidade técnica em outro momento.

Desta forma, a empresa contratada deverá apresentar a comprovação de capacidade técnica para execução do reforço estrutural e para execução da movimentação dos equipamentos de TI (moving), em até 15 dias após a assinatura do contrato. A documentação relativa à essa comprovação poderá ser em nome da própria empresa contratada ou de eventual subcontratada e se resume em:

Para execução do reforço estrutural:

1- Comprovação de registro da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome da empresa, dentro do seu prazo de validade, da qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com a execução de reforço estrutural.

2 - Apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica em nome da empresa CONTRATADA ou de eventual SUBCONTRATADA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no conselho profissional pertinente, comprovando a mesma ter executado obras/serviços de reforço estrutural em estruturas de concreto armado de edifícios de múltiplos pavimentos.

Para execução da movimentação dos equipamentos de TI (moving):

- Apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica em nome da empresa CONTRATADA ou de eventual SUBCONTRATADA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a mesma ter executado a movimentação (moving) de data centers.

h) Unidades de medida:

As unidades de medida foram definidas conforme as normas técnicas e de acordo com as unidades constantes nas composições de custo unitário dos sistemas de referência de preços utilizados conforme planilhas constantes no Anexo 1.12 e Anexo 1.13.

i) Custos de depreciação e manutenção de equipamentos:

As regras consideradas para apuração dos custos de depreciação e manutenção dos equipamentos a serem utilizados pela empresa contratada são as constantes nas composições de custo unitário dos sistemas de referência de preços utilizados.

j) Prazos:

1 - O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses.

2 - O prazo de execução do item 01 será de 02 meses e o prazo de execução do item 02 será de 06 meses. Esses prazos foram estabelecidos de acordo com os cronogramas físico-financeiro, Anexo 1.14 e Anexo 1.15.

3 - Os cronogramas citados deverão servir de referência para a CONTRATADA elaborar sua proposta de cronograma, levando em conta a produtividade de sua mão de obra e equipamentos, sem contudo, exceder o prazo de execução estabelecido.

4 - O prazo de execução do item 03 será de 12 meses.

5 - A contagem dos prazos terá início a partir da assinatura do contrato ou a partir da emissão da Ordem de Serviços, conforme especificado em cada caso:

5.1 - O prazo para apresentação do cronograma físico-financeiro, do plano de ataque dos serviços, dos projetos de escoramento, içamento, e da ART/RRT será de até 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.

5.2 - O prazo para a FISCALIZAÇÃO aprovar o cronograma e o plano apresentados pela CONTRATADA será de até 05 (cinco) dias.

5.3 - Caso seja necessário algum ajuste ou correção no cronograma e no plano apresentados, conforme solicitação da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias para apresentar os documentos ajustados.

5.4 - Após a apresentação pela CONTRATADA de toda documentação estabelecida, será emitida, pela FISCALIZAÇÃO, a Ordem de Serviços para autorizar o início efetivo dos trabalhos em campo.

5.5 - A emissão da Ordem de Serviços está condicionada à comprovação de que foi contratado o Seguro de Responsabilidade Civil e à comprovação de que possui o Seguro para Riscos e Acidentes de Trabalho.

5.6 - A emissão da Ordem de Serviços também está condicionada a apresentação da Garantia Contratual, na forma estabelecida no subitem 't' deste item.

5.6 - A CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias, contados da emissão da OS, para, efetivamente, iniciar os serviços.

5.7 - A partir da emissão da OS, os prazos para conclusão das etapas e serviços serão conforme previsto no cronograma.

5.8 - Todos os prazos estabelecidos são em dias corridos.

5.9 - O início dos serviços referentes ao item 03 (manutenção preventiva e corretiva) será após a emissão do recebimento provisório do objeto dos itens 01 e 02. O recebimento provisório será emitido após a realização dos testes e verificações previstos no plano de comissionamento.

6 - O modelo da Ordem de Serviços encontra-se no Anexo 1.21.

k) Obrigações do contratante:

- Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao(s) serviço(s) contratado(s) que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, sempre que possível e viável.
- Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.
- Permitir acesso da CONTRATADA e de seus auxiliares às dependências do TRE-RJ relacionadas à execução do(s) serviço(s), mediante acompanhamento e supervisão das respectivas áreas técnicas do Tribunal.
- Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo.
- Fornecer água e energia para execução dos serviços.
- Fornecer espaço para guarda de materiais e equipamentos.
- Permitir a utilização de sanitários pelos funcionários da contratada.
- Exercer permanente acompanhamento e fiscalização da execução do(s) serviço(s), registrando todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado, e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas e inconformidades observados.
- Comunicar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.
- Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

l) Obrigações da contratada:

- Apresentar cópia da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), emitida pelo CREA-RJ/CAU-BR, devidamente quitada, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, relativa aos serviços a serem executados, bem como nas renovações e na substituição do responsável técnico, desde que mantida qualificação técnica igual ou superior àquela apresentada na qualificação para a Licitação.

- Apresentar cópia das Anotações/Registro de Responsabilidade Técnica do profissional habilitado, responsável pela execução dos serviços e do profissional habilitado, responsável pela segurança do trabalho no canteiro, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato.
- O responsável técnico pela execução dos serviços poderá acumular as demais responsabilidades técnicas, se legalmente habilitado, podendo incluir na respectiva ART/RRT as atividades técnicas desempenhadas.
- Na hipótese de o profissional designado para o acompanhamento da execução dos serviços (residente) não ser o mesmo profissional apresentado na Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica principal como Responsável Técnico, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, a cópia da ART/RRT, emitida pelo CREA-RJ/CAU, devidamente quitada, do Engenheiro ou Arquiteto designado para exercer o acompanhamento da execução dos serviços, como corresponsável pelos serviços, devendo as ARTs/RRTs serem vinculadas.
- Quando da subcontratação de serviços especializados, que demandem um responsável técnico com competência específica, a CONTRATADA deverá providenciar, junto à empresa subcontratada, a Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica, emitida pelo CREA-RJ/CAU, devidamente quitada, relativa aos serviços em questão, incumbindo-lhe de apresentá-la à FISCALIZAÇÃO antes do início dos respectivos serviços.
- A CONTRATADA, sendo de outro Estado, deverá apresentar, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, devidamente assinado pelas partes, o ‘visto’ do CREA do Rio de Janeiro.
- A contratada deverá comprovar a capacidade técnica para execução do reforço estrutural e para execução da movimentação dos equipamentos de TI (moving), nos termos do subitem 'g' do item 4 - Requisitos da Contratação, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato.
- Apresentar a documentação comprobatória de cumprimento do que dispõem os procedimentos e as normas gerais de tributação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições destinadas a outras entidades ou fundos voltados para a arrecadação das contribuições pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme assevera sua Instrução Normativa RFB 971/2009 e Instrução Normativa Nº 1.845, de 22 de novembro de 2018, em especial, o Cadastro Nacional de Obras - CNO, ou apresentar documentação comprobatória de sua inexigibilidade, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato.
- Fornecer a Planilha Analítica dos Insumos e Serviços, a qual deu origem à Planilha de Formação de Preços que integra a Proposta Comercial, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, juntamente com a composição dos encargos sociais. A Planilha Analítica dos Insumos e Serviços deverá ter sua apresentação respeitando a estrutura analítica de serviços apresentada na Planilha Orçamentária de Referência. A Planilha Analítica dos Insumos e Serviços deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO impressa e assinada por responsável técnico da CONTRATADA. Havendo divergências entre os valores constantes da Planilha Analítica dos Insumos e Serviços e a Planilha de Formação de Preços que integrou a Proposta Comercial, prevalecerá o disposto na Planilha de Formação de Preços, cabendo à CONTRATADA a correção da Planilha Analítica dos Insumos e Serviços.
- Manter seu pessoal identificado com crachás contendo fotografia recente, e provido dos Equipamentos de Proteção Individual adequados;
- Manter a disciplina nos locais dos serviços, e responsabilizar-se pelo seu cumprimento, por parte de seus empregados, em conformidade com as normas disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE;
- Retirar imediatamente do local e substituir qualquer empregado cujo comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços, contrário ao interesse do serviço público, ou que embaraçar ou dificultar a fiscalização, no prazo máximo de 48h a contar da ciência do comportamento do prestador pela CONTRATADA;
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- Observar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços;
- Atender às Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho principalmente no que se refere ao fornecimento e fiscalização do uso de equipamentos de segurança individual (EPI) e coletiva, por imprescindíveis que são à execução dos serviços;
- Assegurar as condições de segurança do trabalho da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE;

- Apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais, devendo apresentar ao CONTRATANTE as certidões de regularidade com o INSS e o FGTS e demais certidões solicitadas. Esta exigência estende-se às subcontratadas atuantes no período;
- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas na licitação, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Estruturar-se de modo compatível e prover toda infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato;
- Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas;
- Comunicar imediatamente qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços, dando ciência à FISCALIZAÇÃO, por escrito, para adoção das providências cabíveis;
- Dar imediato conhecimento ao CONTRATANTE sobre autuações ou notificações porventura lavradas por fiscalização de órgão público ou de suas concessionárias, bem como sobre erros ou omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica;
- Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO, em tempo nunca superior a 02 (dois) dias úteis, salvo por motivo devidamente justificado.
- Solicitar à FISCALIZAÇÃO esclarecimentos ou definições eventualmente não explicitadas no Termo de Referência e Anexos;
- Fornecer e afixar placas sobre a execução dos serviços, contemplando a responsabilidade técnica, nos moldes e dimensões estabelecidos pelos respectivos Conselhos pertinentes e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- Executar a correção dos serviços que não tenham sido realizados nos termos da presente especificação. Os prazos de garantia somente serão iniciados após todos os serviços terem sido corrigidos e recebidos;
- Apresentar relatório fotográfico de todas as etapas dos serviços;
- A CONTRATADA deverá providenciar e manter no local de execução dos serviços o Diário de Obras/Serviços, dotado de páginas numeradas e em três vias, em que serão registradas, diariamente, todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços. Todas as páginas deverão ser datadas e assinadas pelo representante da CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO.
- Limpar diariamente as áreas em que os serviços forem executados, através de varrição do local e coleta de sujeira e entulho em contêiner próprio;
- Iniciar os serviços somente após o recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela FISCALIZAÇÃO;
- Ajustar, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, o cronograma de execução de modo que considere os dias de trabalho deste órgão, sobretudo os horários de sessão do Plenário, no qual deverá ser fielmente assegurada a realização das sessões estabelecidas por este Regional;
- Cotejar, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, os níveis de poeira e ruído e os impactos produzidos às partes interessadas, as quais deverão ser previamente identificadas.
- Manter atualizados os projetos com as modificações introduzidas na obra através de anotações, as quais deverão ficar arquivadas sempre em coordenação com a FISCALIZAÇÃO do TRE-RJ. Estas anotações deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO na época de medição dos serviços, cuja aprovação será liberada para fins de pagamentos. As eventuais modificações deverão ser registradas imediatamente nas plantas, de forma impressa ou digital, e deverão ser compiladas mensalmente em registro atualizado de 'as built'.
- Fornecer ao término dos trabalhos todos os manuais de Operação e Manutenção disponibilizados pelos fabricantes dos equipamentos instalados no Data Center e dos seus diversos sistemas.
- Considerar como parte integrante do escopo de serviços, fornecer ao final da obra toda a documentação atualizada dos diversos subsistemas fornecidos e instalados: Civil, Rede Elétrica, Automação e Monitoramento, Rede de Telecomunicações, Sistema de Sinalização e Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, devendo ser disponibilizados em arquivos do tipo CAD, nas extensões .dwg, .dxf, acompanhados da respectiva setagem de

penas de impressão .ctb, e na plataforma BIM, nas extensões .ifc, tanto de cada uma das disciplinas e do modelo federado, Word e Excel (plantas, Memorial Técnico e Planilhas e demais informações pertinentes) com todas as respectivas alterações. Estas informações deverão ser entregues ao TRE-RJ sob a forma de Relatório “As Built”, de modo que se tenham condições, no futuro, de executar a manutenção de qualquer instalação e equipamento objeto do atual projeto. Esta documentação deverá ser entregue em duas cópias impressas e em cópia em mídia digital (CD/DVD ou pendrive). Deverão ser gerados arquivos .pdf prontos para impressão de todos os arquivos digitais, compreendendo projetos, planilhas, cronogramas, EAPs, relatórios fotográficos, etc. Nos arquivos individuais e o modelo federado nas extensões .ifc, deverão constar todos os parâmetros necessários para realização da operação e manutenção dos diversos sistemas;

- Assumir todas as responsabilidades relativas aos seus empregados e tomar as medidas necessárias ao atendimento daqueles porventura acidentados ou acometidos de mal súbito, sem prejuízo para o fiel cumprimento das recomendações do Ministério da Saúde para a prevenção, controle e mitigação da transmissão da Covid-19;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução de contrato;
- A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.
- Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças e registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais e concessionárias que se fizerem necessários;
- Responsabilizar-se por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes aos serviços prestados, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.
- Deverão ser entregues todas as notas fiscais e documentos de garantia do fabricante ou fornecedor dos equipamentos.

m) Da Proposta

- 1) A presente contratação se dará por meio de lote único.
- 2) A Proposta deverá ser registrada em campo específico do sistema eletrônico.
- 3) O critério de julgamento adotado será o menor valor global do lote.
- 4) O valor global da proposta não poderá ser superior ao valor global estimado pelo CONTRATANTE.
- 5) O valor total de cada item que compõe o objeto não deverá ser superior ao valor total do referido item estabelecido pelo CONTRATANTE.
- 6) Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.
- 7) A qualquer momento o CONTRATANTE reserva-se o direito de pedir esclarecimentos adicionais acerca das propostas, objetivando o seu fiel atendimento.
- 8) A empresa que não atender os esclarecimentos solicitados no subitem anterior poderá ser desclassificada.
- 9) Serão desclassificadas as propostas:

- que não atenderem às exigências do ato convocatório;
- com valor global superior ao limite estabelecido;
- com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

9.1) Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- valor orçado pela administração.

9.2) Dos licitantes classificados na forma do subitem anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere o item anterior, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no §1º do artigo 56, da Lei 8.666/1993, igual à diferença entre o valor resultante do subitem anterior e o valor da correspondente proposta.

10) Após a fase de lances, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar a Proposta Comercial, conforme modelo constante no Anexo 1.18 – Proposta Padrão, datada e assinada pelo representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado com o nome, número de identidade e cargo, sem emendas, rasuras e deverá conter, ainda, o endereço atual completo e o número do CNPJ da proponente.

11) A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

12) Além da Proposta Comercial, a licitante deverá encaminhar a Planilha de Formação de Preços (conforme Anexo 1.19) e a Planilha de composição do BDI (conforme Anexo 1.20).

12.1) As planilhas deverão ser entregues digitalizadas, datadas e assinadas pelo responsável técnico por sua elaboração, devidamente identificado com o nome e número do registro no conselho profissional pertinente.

12.2) Os valores expressos na Planilha de Formação de Preços (Anexo 1.19) deverão contemplar as perdas inerentes à execução dos serviços, não sendo admitido o aumento dos quantitativos planilhados.

12.3) É vedado modificar, acrescentar ou retirar itens, bem como alterar as quantidades da Planilha de Formação de Preços disponibilizada.

12.4) Nos valores unitários expressos na Planilha de Formação de Preços deverão ser computados todos os custos incidentes na composição do item, os quais deverão constar na Planilha Analítica dos Insumos e Serviços, a ser apresentada pela contratada na execução, conforme disposto nas 'obrigações da contratada'.

12.5) Não poderão ser inclusos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha de composição do preço.

12.6) Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a serviços, materiais ou instalações de sua propriedade, a licitante deverá indicar e comprovar essa propriedade.

n) Do Preposto Administrativo

A empresa deverá indicar um preposto (Engenheiro Civil ou Arquiteto), por ocasião da assinatura do contrato, informando um número de telefone e um endereço de e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

O preposto deverá estar acessível ao CONTRATANTE, por intermédio de telefones fixos e ou

celulares.

Caso haja dificuldade na comunicação com o preposto, a CONTRATADA deverá nomear, imediatamente, novo preposto, apto a tomar todas as decisões necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

A CONTRATADA deverá informar previamente à FISCALIZAÇÃO do contrato a necessidade de mudança das indicações contidas no subitem anterior, de forma a não haver interrupção na comunicação entre as partes. Em casos imprevisíveis, a comunicação deverá ser efetuada imediatamente após à constatação da ocorrência.

O preposto não importará em ônus adicional ao TRIBUNAL.

O preposto deverá ter capacidade para gerenciamento administrativo e técnico visando dar celeridade nos contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato, emissão de relatórios e orçamentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.

O preposto deverá comparecer nas instalações do CONTRATANTE periodicamente, ou sempre que solicitado, em tempo hábil para tratar com o fiscal do contrato, exclusivamente, de assuntos administrativos referentes ao contrato.

O CONTRATANTE fixará o prazo para o comparecimento do preposto, quando solicitada a sua presença, o qual não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

O preposto da CONTRATADA deverá providenciar todas as documentações solicitadas pela FISCALIZAÇÃO, relacionadas à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais.

o) Da Fiscalização e Controle do Contrato

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo, para isso:

Solicitar à CONTRATADA a substituição de equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou que não atendam às especificações da contratação;

Solicitar à CONTRATADA a correção do serviço que não tenha sido realizado nos termos da presente especificação, ou cuja realização considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações;

Notificar a CONTRATADA da eventual conduta inadequada dos prestadores de serviços ou do eventual descumprimento das obrigações contratuais;

Praticar todos os atos necessários ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;

A fiscalização técnica não exime a CONTRATADA da integral responsabilidade sobre os serviços contratados.

A FISCALIZAÇÃO deverá aceitar provisoriamente os serviços prestados, ou rejeitá-los motivadamente, parcial ou integralmente, indicando as razões e orientando a CONTRATADA quanto às correções necessárias.

p) Da subcontratação

A subcontratação dos serviços pela CONTRATADA, será permitida para a realização de serviços mediante a comprovação da sua necessidade, devendo ser observado que a CONTRATADA deverá solicitar prévia e formalmente autorização do TRE-RJ, apresentando justificativa, acompanhada de cópia da minuta de contrato de prestação dos serviços com a subcontratada, a qual indicará os serviços que deverão ser elaborados, o valor da prestação dos serviços, ou outros documentos que o TRE-RJ, julgar necessário.

Especificamente, a subcontratação será permitida para os serviços relativos às adequações civis, ao reforço estrutural e à movimentação dos equipamentos de TI (moving).

A comprovação de capacidade técnica para execução do reforço estrutural e para execução da movimentação dos equipamentos deverá ser realizada conforme estabelecido no item 'g', em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato.

A eventual subcontratação dos serviços especificados acima não isenta a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

A subcontratação dos serviços especificados acima não exclui a responsabilidade do contratado quanto à qualidade técnica do serviço prestado.

q) Do Pagamento:

O pagamento dos serviços deverá ser realizado de acordo com as parcelas previstas no cronograma físico-financeiro dos serviços. Por ocasião do recebimento provisório, será autorizado o pagamento no máximo de 95% do objeto, ocorrendo a retenção de 5%, cujo pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo da integralidade do objeto contratado. Ademais, deverão ser adotadas as cláusulas padrão.

Desta forma, a CONTRATADA deverá apresentar, após a aprovação pela FISCALIZAÇÃO das medições de cada uma das etapas previstas no cronograma, Nota Fiscal / Fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo TRE/RJ. Por se tratar de empreitada integral, não haverá pagamento de etapas parcialmente concluídas. Os pagamentos somente serão autorizados quando todo escopo da etapa estiver concluído.

r) Critérios de Recebimento do Objeto:

O Recebimento dos serviços executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas:

Na primeira etapa, após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da CONTRATADA, mediante uma vistoria realizada pela FISCALIZAÇÃO, será efetuado o Recebimento Provisório.

O recebimento provisório do objeto será dado após a realização de todos os testes e verificações previstos no Plano de Comissionamento. O referido Plano estará inserido no Memorial Técnico, Anexo 1.1 deste Termo de Referência. O propósito do Plano de Comissionamento é apresentar um conjunto de atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA incluindo:

1. Testes de verificação de todas as instalações (elétricas, mecânicas, hidráulicas, segurança, combate de incêndio, etc) de forma a verificar se foram executadas conforme especificadas em projeto, as normas aplicáveis e boas práticas de engenharia e instalações;
2. Testes de *Start Up* de todos os equipamentos fornecidos para verificação da correta funcionalidade e operação dos equipamentos fornecidos;
3. Testes individuais dos equipamentos, nos quais são utilizadas carga de consumo para verificação do desempenho do equipamento;
4. Testes integrados de sistemas servirão para verificação que todos os equipamentos e sistemas fornecidos estão operando corretamente, funcionando de uma forma conjunta, integrada e segura, conforme especificado e dimensionado em projeto.

Nesta etapa, a CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos catálogos, folhetos e manuais de montagem, operação e manutenção de todas as instalações, equipamentos e componentes pertinentes ao objeto dos serviços e obras, certificados de garantia, onde couber, inclusive documentação "as built".

O recebimento provisório do objeto está condicionado, ainda, à execução do teste de estanqueidade, realizado de acordo com a norma ASTM E779.

Se, eventualmente, for detectado problema nos materiais ou na execução dos serviços, a CONTRATADA será notificada para providenciar as devidas correções, que deverão ocorrer dentro do prazo a ser estabelecido pela FISCALIZAÇÃO, contados da data de recebimento da notificação.

O objeto somente será recebido provisoriamente se estiver em perfeito estado, de acordo com as especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

O prazo para o Recebimento Provisório é de até 15 dias da comunicação escrita da CONTRATADA de término da execução.

Na segunda etapa, deverá ser realizado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, o recebimento definitivo, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da emissão do recebimento provisório.

s) Da garantia

A CONTRATADA deverá dar a garantia mínima de 12 (doze) meses para toda infraestrutura instalada. A garantia específica de cada um dos sistemas, equipamentos, acessórios, deverá ser de acordo com o estabelecido no Memorial Técnico, Anexo 1.1. Os prazos de garantia previstos neste item serão contados do início da operação (conclusão do comissionamento e recebimento provisório).

t) Da prestação de garantia contratual

Em até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, a fim de assegurar a sua execução, em uma das modalidades previstas no art.56 da Lei nº 8.666/93.

u) Da Garantia Adicional de Execução

Caso a CONTRATADA se enquadre na situação prevista no subitem 9.2 do item 'l', será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional de execução, conforme previsto no referido subitem.

v) Do Reajuste

O preço será fixo e irreajustável durante toda vigência do contrato.

x) Parcelas de maior relevância e valor significativo

De acordo com a curva ABC dos sistemas/serviços (Anexo 1.22), as parcelas consideradas de maior relevância e valor significativo, que perfazem 82% do valor total da contratação, são:

- Arquitetônico (componentes e montagem da sala modular certificada/sala cofre) - 48,95%.
- Sistema de distribuição Elétrica - 14,77%.
- Sistema de Climatização de precisão e conforto - 9,81%.

- Manutenção - 8,46%.

z) Relação de Anexos:

Anexo 1.1 - Memorial Técnico

Anexo 1.2 - Projeto Arquitetônico

Anexo 1.3 - Projeto de Climatização

Anexo 1.4 - Projeto de Combate a Incêndio

Anexo 1.5 - Projeto de Hidráulica

Anexo 1.6 - Projeto de Rede de Distribuição de Energia Elétrica

Anexo 1.7 - Projeto de Rede de Telecomunicações

Anexo 1.8 - Projeto de Sistema de Segurança

Anexo 1.9 - Projeto de Sistema de Óleo Diesel

Anexo 1.10 - Projeto executivo de Reforço Estrutural

Anexo 1.11 - Caderno de Encargos de Reforço Estrutural

Anexo 1.12 - Orçamento de Referência do Reforço Estrutural

Anexo 1.13 - Orçamento de Referência da Sala Modular Certificada, movimentação e manutenção

Anexo 1.14 - Cronograma - Reforço Estrutural

Anexo 1.15 - Cronograma - Sala Modular Certificada

Anexo 1.16 - Modelo - Atestado de Vistoria

Anexo 1.17 - Modelo - Declaração de Renúncia de Vistoria

Anexo 1.18 - Modelo - Proposta Comercial

Anexo 1.19 A - Modelo - Planilha de Formação de Preços - Reforço Estrutural

Anexo 1.19 B - Modelo - Planilha de Formação de Preços - Sala modular certificada, movimentação e manutenção

Anexo 1.20 - Modelo - Planilha de Composição do BDI

Anexo 1.21 - Modelo de Ordem de Serviços

Anexo 1.22 - Curva ABC

Anexo 1.23 - Relação do Equipamentos - Moving

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

a) A contagem dos prazos terá início a partir da assinatura do contrato ou a partir da emissão da Ordem de Serviços, conforme especificado em cada caso:

- O prazo para apresentação do cronograma físico-financeiro, do plano de ataque e da ART/RRT será de até 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.

- Após a apresentação pela CONTRATADA de toda documentação estabelecida, será emitida, pela FISCALIZAÇÃO, a Ordem de Serviços para autorizar o início efetivo dos serviços em campo.
- A CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias, contados da emissão da OS, para, efetivamente, iniciar os serviços.
- A partir da emissão da OS, os prazos para conclusão das etapas e serviços serão conforme previsto no cronograma.
- Todos os prazos estabelecidos são em dias corridos.

b) Todos serviços serão realizados nas dependências da Sede do Tribunal, com exceção da elaboração da documentação 'as built', que deverá ser realizada nas dependências da CONTRATADA.

c) O horário de realização dos serviços deverá ser de 9:00 às 19:00. Serviços a serem prestados em horário fora desse intervalo deverão ser agendados e autorizados pela FISCALIZAÇÃO.

d) As metodologias, rotinas, periodicidade e frequência de execução dos serviços estão descritas no Memorial Técnico, Anexo 1.1, deste Termo.

e) Os materiais e equipamentos a serem fornecidos e instalados estão especificados e descritos nos projetos e no Memorial Técnico, anexos deste Termo.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

a) Os atores que participarão da gestão do contrato são os seguintes:

Gestor do contrato, fiscal (is) do contrato, fiscal (is) técnico (s) do contrato, Gestor e fiscais substitutos, serão compostos pelos servidores que compõe a equipe de planejamento da contratação, constituída através da Portaria DG 34/2020, publicada em 03/06/2020. O papel em que cada servidor irá atuar será definido oportunamente.

b) Os meios adotados para comunicação entre cada um dos agentes responsáveis e a CONTRATADA poderá ser: email, notificações, relatórios, etc.

c) A ordem de implementação dos serviços deverá obedecer ao cronograma aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

d) O contrato não poderá ser prorrogado.

e) Metodologias utilizadas na fiscalização do contrato:

- A metodologia que será utilizada na fiscalização dos itens 01 e 02 será a verificação integral dos serviços que serão executados e concluídos dentro de cada uma das etapas previstas nos cronogramas. Os serviços, instalações, materiais e equipamentos deverão ser executados e instalados de acordo com os projetos e especificações contidas nos Anexos do TR.

A metodologia que será utilizada na fiscalização do item 03 vai dar-se através do acompanhamento e verificação mensal das rotinas e serviços previstos para o período, bem como a verificação da conformidade dos 'chamados técnicos de manutenção', concluídos dentro do respectivo período. A descrição detalhada dos serviços, os requisitos, as rotinas e suas periodicidades, os prazos para atendimento e a classificação da severidade dos chamados técnicos estão especificados no Anexo 1.1 deste Termo.

- A periodicidade de medição dos serviços que compõem o item 3, que possuem características de serviço continuado, deverá ser mensal.

f) A fiscalização dos serviços de manutenção (item 3) inclui a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), de acordo com o item 7 deste Termo.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Considerando as características dos serviços relativos aos itens 1 - execução de reforço estrutural e 2 Execução dos serviços, fornecimento de materiais e equipamentos necessários para instalação de Sala Modular Certificada (data center), sala NOC e áreas afins, não se vislumbra a aplicação de critérios para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços prestados, uma vez que os requisitos de resultado e qualidade estão definidos nos projetos e documentos anexos ao presente Termo e não se admite qualidade e características inferiores ao especificado. Tratam-se de serviços pontuais, que deverão ser entregues e aceitos de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo e seus anexos.

A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento dos itens 1 e 2 deverá seguir a periodicidade do cronograma físico financeiro e os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos. A unidade de medida aplicada é de acordo com cada item de serviços que compõe a Planilha Orçamentária Estimativa, elaborada conforme as normas técnicas pertinentes. A verificação da conformidade dos serviços prestados para efeito de recebimento provisório e definitivo deverá seguir os requisitos estabelecidos no item '4', subitem 'o' deste Termo.

O item 3 - manutenção preventiva e corretiva das instalações, admite a aplicação de critérios para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços prestados. Estes critérios estão definidos no Instrumento de Medição de Resultado a seguir descrito.

7.1) Instrumento de Medição de Resultado.

- a) O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) prevê os padrões de atendimento esperados. O não atendimento do IMR poderá ensejar aplicação de descontos e penalidades.
- b) A extrapolação dos limites fixados no subitem 9 do subitem 'g' deste Instrumento ensejará a aplicação de penalidades previstas no item 'h'.
- c) As penalidades não se confundem com as glosas decorrentes do IMR e a aplicação de ambas deverá ser independente, podendo ser cumulativa.
- d) Ao verificar a ocorrência de descumprimento de IMR, a FISCALIZAÇÃO deverá dar ciência à contratada, podendo ser por email, e abrirá prazo de até cinco dias úteis para manifestação.
- e) A FISCALIZAÇÃO deverá opinar quanto a acatar ou não, total ou parcialmente, a manifestação da CONTRATADA, devendo a FISCALIZAÇÃO apresentar seu parecer quanto à aplicação ou não das glosas correspondentes aos eventos.
- f) A FISCALIZAÇÃO deverá dar ciência à CONTRATADA do parecer, sendo facultativa eventual substituição de nota fiscal com valor integral sem glosa já apresentada. Caso opte pela substituição, a CONTRATADA deverá protocolizar a nota fiscal substituta em até dois dias úteis, outrossim, poderá ser encaminhada para tramitação a nota fiscal com valor integral, aplicando-se glosa por ocasião do pagamento.
- g) Os requisitos de resultado estão definidos de acordo com os níveis de serviços estabelecidos no Memorial Técnico - Anexo 1.1, a seguir transcritos:

1) A Contratada deverá atender aos chamados técnicos de manutenção do CONTRATANTE segundo os níveis de serviço descritos.

2) Após conclusão dos chamados técnicos de manutenção, conforme estabelecido no Memorial Técnico, Anexo 1.1, serão apurados os prazos decorridos até a efetiva resolução dos problemas.

3) Entende-se por tempo de atendimento o período entre a abertura do chamado e sua conclusão.

4) Caso, por interesse do CONTRATANTE, a Sala Modular Certificada, o componente, o equipamento ou o sistema não possa ser liberado para fins de realização da atividade de manutenção no momento da chegada do técnico da CONTRATADA no local de sua instalação, o tempo decorrido entre a chegada do técnico e a efetiva liberação pelo CONTRATANTE será descontado do tempo de atendimento de um dado chamado técnico de manutenção.

5) A contagem do tempo para início do atendimento se iniciará a partir da abertura do chamado e se encerrará quando técnicos da CONTRATADA chegarem à sala onde está situado o setor responsável pela abertura de chamados técnicos de manutenção, sendo contabilizado em horas corridas.

6) Ao solicitar abertura de chamados técnicos de manutenção, o CONTRATANTE irá classificá-lo segundo a severidade do problema apresentado, de acordo com o seguinte critério:

a. **Não Crítica** - eventos ou solicitações que, a critério do CONTRATANTE, não possuem necessidade de atendimento imediato, sendo que estes eventos não podem prejudicar o funcionamento dos diversos sistemas de engenharia associados ao Data Center.

b. **Severidade Baixa** - eventos ou solicitações que, a critério do CONTRATANTE, possuem necessidade de atendimento imediato, sendo que estes eventos podem ou não prejudicar o funcionamento dos diversos sistemas de engenharia associados ao Data Center.

c. **Severidade Média** - consistem em eventos que:

d. Causam a perda de um ou mais equipamentos dentro de um grupo de equipamentos redundantes entre si;

e. Podem causar a parada de algum ativo de TI, caso persistirem;

f. Causam vazamento de qualquer espécie em qualquer ambiente do Data Center;

g. Podem ou não possuir, adicionalmente, características de eventos de severidade baixa.

h. **Severidade Alta** - consistem em eventos que:

i. Causam a perda de todos os equipamentos dentro de um grupo de equipamentos redundantes entre si;

j. Tenham causado a parada de algum ativo de TI;

k. Causam parada, mesmo que parcial, ou perda de funcionalidades do sistema de monitoração e de detecção, alarme e combate a incêndio;

l. Causam a parada de 1 (uma) evaporadora do sistema de climatização;

m. Causam impedimento do controle de acesso físico à Sala Modular Certificada e à sala de energia;

n. Causam impacto nos níveis de proteção definidos pelas normas de certificação usadas no contexto da construção da Sala Modular Certificada;

o. Podem ou não possuir, adicionalmente, características de eventos de severidade média e/ou baixa.

p. **Severidade Grave** - consistem em eventos que:

q. Causam a parada de mais de 1 (uma) evaporadora do sistema de climatização;

r. Causam a parada total dos ativos de TI do Data Center;

s. Podem causar a parada total dos ativos de TI do Data Center, se persistirem;

t. Causam a parada total do sistema elétrico ou de climatização na Sala Modular Certificada e na sala de energia;

u. Podem causar a parada total do sistema elétrico ou de climatização na Sala Modular Certificada e na sala de energia;

v. Podem ou não possuir, adicionalmente, características de eventos de severidade alta, média e/ou baixa.

7) Caso o evento possua características que permitam caracterizá-lo em mais de um nível de severidade, ele será classificado com a maior severidade (menor tempo para início do atendimento e menor tempo de atendimento).

8) O CONTRATANTE poderá, motivado por fatores agravantes ou atenuantes, modificar a severidade dos chamados para níveis superiores ou inferiores. Nestes casos, a CONTRATADA será notificada pelo CONTRATANTE, as modificações do nível de severidade deverão ser justificadas e os prazos dos chamados serão zerados e passarão a contar do início, aplicados à nova classificação.

| Grau de Severidade | Tempo Máximo para Início do Atendimento | Tempo de Atendimento Máximo |
|--------------------|---|-----------------------------|
| Não crítica | Em data a combinar | Em até 30 dias |
| Baixa | Em até 8 horas | Em até 72 horas |
| Média | Em até 6 horas | Em até 48 Horas |
| Alta | Em até 4 horas | Em até 24 horas |
| Grave | Em até 2 horas | Em até 8 horas |

NOTA: O prazo de 30 (trinta) dias previsto para implementação da resolução definitiva de um problema cuja severidade é classificada como “Não Crítica” poderá, a critério do CONTRATANTE, ser prorrogado para até 90 (noventa) dias, desde que a CONTRATADA apresente, dentro dos 30 (trinta) dias estipulados, nota técnica que justifique o aumento do prazo, podendo a FISCALIZAÇÃO aceitar ou rejeitar, motivadamente, a solicitação de prorrogação e as justificativas apresentadas.

10) Os atendimentos aos chamados não poderão ser interrompidos sem anuência do CONTRATANTE até o completo restabelecimento dos equipamentos, sistemas ou componentes, mesmo que se estendam para períodos noturnos, sábados, domingos ou feriados.

11) Interrupções a estes atendimentos poderão ser autorizadas, a critério do CONTRATANTE, após justificativas formais da CONTRATADA.

h) Tabela de IMR:

| Item | Meta | Descumprimento do IMR | Unidade | Glosas e Limites |
|------|--|--|---------|---|
| 1 | Entregar ART referente aos serviços de manutenção em até 15 dias contados à partir da assinatura do contrato | Deixar de entregar a ART dentro do prazo | Por dia | 1% do valor mensal do item, até o limite de 10% |
| 2 | Execução da rotina de manutenção preventiva dentro da periodicidade prevista no Memorial Técnico | Atrasar no início da execução da manutenção preventiva | Por dia | 1% do valor mensal do item, até o limite de 10% |

| | | | | |
|---|---|--|----------------|--|
| 3 | Execução das atividades de manutenção preventiva relacionadas no Memorial Técnico | Deixar de executar atividade prevista na rotina de manutenção | Por atividade | 1% do valor mensal do item, até o limite de 10% |
| 4 | Cumprir o prazo de início do atendimento estabelecido | Atraso no início do atendimento | Por hora | 1 % do valor mensal do item, até o limite de 10% |
| 5 | Executar o atendimento dentro do prazo previsto - para os chamados com grau de severidade baixa e média | Atraso na conclusão do atendimento | Por dia | 2,5% do valor mensal do item, até o limite de 10% |
| 6 | Executar o atendimento dentro do prazo previsto - para os chamados com grau de severidade alta | Atraso na conclusão do atendimento | Por hora | 2,5% do valor mensal do item, até o limite de 10% |
| 7 | Executar o atendimento dentro do prazo previsto - para os chamados com grau de severidade grave | Atraso na conclusão do atendimento | Por hora | 5% do valor mensal do item, até o limite de 10% |
| 8 | Entregar o relatório técnico mensal com as informações mínimas previstas e com assinatura e identificação do RT | Entregar o relatório com ausência de informações ou sem assinatura e identificação do RT | Por ocorrência | 0,5 % do valor mensal do item, até o limite de 10% |

VIII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

a. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

- b. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais, poderá ser aplicada à contratada multa compensatória graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% do valor do contrato.
- c. Em caso de atraso na execução do objeto do contrato, poderá ser aplicada à contratada multa moratória, por dia útil, não ultrapassando o limite de 10% sobre o valor do contrato.
- d. A dilação de prazo, autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.
- e. As infrações descritas no presente item serão válidas após o decurso do período/limite máximo fixado para item análogo do Instrumento de Medição de Resultados, se houver.
- f. O valor da multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrado administrativamente.
- g. Nos casos de instauração de procedimento apuratório que possa ensejar a aplicação de multa, o TRE-RJ poderá acautelar até 20% do valor da fatura, condicionando a liberação de eventual valor remanescente à conclusão do procedimento.
- h. A retenção cautelar será aplicada se inexistirem faturas próximas suficientes para garantir eventual multa ou se a gravidade da infração assim justificar.
- i. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 dias úteis a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% ao mês.
- j. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.
- k. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.
- l. A aplicação de penalidades não impede o desconto dos valores relativos às parcelas inexecutadas dos serviços.
- m. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.
- n. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

o. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, se for o caso, no CEIS.

p. As situações que ensejam aplicação de multa, estão descritas e classificadas, em graus de gravidade para os quais corresponderão valores de multa, em percentuais do valor total dos itens, conforme tabelas abaixo:

Percentuais referentes aos itens 1 e 2 do objeto

•

| Grau | Correspondência (% do valor total dos itens (em conjunto)) |
|------|---|
|------|---|

| | |
|---|------|
| 1 | 0,01 |
|---|------|

| | |
|---|------|
| 2 | 0,02 |
|---|------|

| | |
|---|-----|
| 3 | 0,1 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 4 | 0,2 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 5 | 0,5 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 6 | 1,0 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 7 | 2,0 |
|---|-----|

Percentuais referentes ao item 3 do objeto

•

| Grau | Correspondência (% do valor do item) |
|------|---|
|------|---|

| | |
|---|------|
| 1 | 0,2 |
| 2 | 0,25 |
| 3 | 0,5 |
| 4 | 0,75 |
| 5 | 1,0 |
| 6 | 2,0 |
| 7 | 2,5 |
| 8 | 5,0 |

q. São situações passíveis de aplicação de multas por inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais:

| Item | Descrição | Grau | Incidência |
|------|--|------|---------------------------|
| 1 | Descumprir quaisquer dos itens do contrato não previstos nesta tabela de multas. | 5 | Por item e por ocorrência |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 4 | Por ocorrência e por dia |
| 3 | Recusar-se a executar item/etapa de serviço. | 5 | Por ocorrência |
| 4 | Destruir ou danificar propriedade do TRE-RJ por culpa ou dolo de seus agentes. | 6 | Por ocorrência |
| 5 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais nas dependências do | 8 | Por ocorrência |

CONTRATANTE.

| | | | |
|---|--|---|--------------------------|
| 6 | Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato. | 1 | Por ocorrência |
| 7 | Substituir profissional responsável técnico sem anuência prévia da FISCALIZAÇÃO | 3 | Por ocorrência |
| 8 | Deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) ou permitir a presença de empregado sem EPIs | 2 | Por ocorrência e por dia |

r) São situações passíveis de aplicação de multas moratórias por atraso na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, referente aos itens 1 e 2:

| Item | Descrição | Grau | Incidência |
|------|---|------|-------------------|
| 1 | Atrasar na conclusão dos serviços, descumprindo o prazo total de execução, respeitando uma carência de 15 dias. | 1 | Por dia de atraso |

s) São situações passíveis de aplicação de multas moratórias por atraso na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, referente ao item 3:

| Item | Descrição | Grau | Incidência |
|------|--|------|-------------------|
| 1 | Atrasar no início da execução da manutenção preventiva, em prazo superior ao limite estabelecido no IMR. | 5 | Por dia de atraso |
| 2 | Atrasar no início do atendimento, conforme o prazo de início do atendimento estabelecido, após o limite estabelecido no IMR. | 5 | Por dia de atraso |
| 3 | Atraso na conclusão do atendimento para os chamados classificados com grau de severidade baixa e média, após o limite estabelecido no IMR. | 7 | Por dia de atraso |

| | | | |
|---|--|---|--------------------|
| 4 | Atraso na conclusão do atendimento para os chamados classificados com grau de severidade alta, após o limite estabelecido no IMR. | 7 | Por hora de atraso |
| 5 | Atraso na conclusão do atendimento para os chamados classificados com grau de severidade grave, após o limite estabelecido no IMR. | 8 | Por hora de atraso |

IX - INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Como o serviço pretendido é oferecido por diversos fornecedores no mercado e apresenta características que podem ser objetivamente medidas, sugere-se a sua contratação por meio de pregão sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “menor preço”.

X - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A adjudicação deverá ser realizada de forma global. O regime de execução a ser adotado deverá ser Empreitada Integral.

Tal entendimento se justifica tendo em vista que a implantação completa da solução somente estará concluída após todos os seus componentes terem sido implantados no ambiente do TRE-RJ, os profissionais indicados terem sido devidamente capacitados e o serviço de garantia, englobando manutenção *on site* e suporte técnico, ter sido iniciado.

Esse entendimento se aplica inclusive à prestação de serviços de manutenção preventiva (programada), corretiva e suporte técnico, visando não gerar conflito de responsabilidade entre a realização da manutenção e a garantia.

XI - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Gestora do Orçamento: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral.

Despesa Agregada: Os recursos para cobertura da contratação estão contemplados no orçamento de 2020 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, no Programa de Trabalho Resumido 167749/Natureza de Despesa 449051 (Obras e Instalações) e 339039 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica).

O valor global estimado foi de R\$6.642.152,68 (Seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos), sendo esse o limite máximo para a contratação. Os valores unitários de cada um dos itens das planilhas se constituem no limite máximo unitário.

O valor total estimado de cada item que compõe o objeto é de:

| Item | Descrição | Valor - R\$ |
|------|--|--------------|
| 01 | Execução de reforço estrutural. | 220.252,04 |
| 02 | Execução dos serviços, fornecimento de materiais e instalação de equipamentos necessários para execução das instalações da nova Sala | 5.860.109,77 |

Modular Certificada/Sala Cofre (data center), sala NOC e áreas afins, e, execução da movimentação dos equipamentos (moving).

| | | |
|----|---|------------|
| 03 | Prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva destas instalações por 12 (doze) meses. | 561.790,87 |
|----|---|------------|

Os valores estimados do item 1 constam no Anexo 1.12 e os valores estimados dos itens 2 e 3 constam no Anexo 1.13 deste Termo de Referência.

XII - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Com exceção da composição do BDI, os documentos decorrentes da fase interna da licitação não devem sofrer qualquer tipo de restrição de acesso, após a publicação do Edital.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021

TIAGO FRISON MOSCA
INTEGRANTE DA EQUIPE DE PROJETO



Documento assinado eletronicamente em 17/05/2021, às 13:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FABIO GALERANI RODRIGUES ALVES
GERENTE DE PROJETO



Documento assinado eletronicamente em 17/05/2021, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ALIA MAASS REIS
INTEGRANTE DA EQUIPE DE PROJETO



Documento assinado eletronicamente em 17/05/2021, às 15:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

GILSON VASCONCELOS BAQUI
INTEGRANTE DA EQUIPE DE PROJETO



Documento assinado eletronicamente em 17/05/2021, às 16:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PATRICIA BRAGA URIBBE CASTRO
INTEGRANTE DA EQUIPE DE PROJETO



Documento assinado eletronicamente em 17/05/2021, às 16:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JANETH CORDEIRO SOARES
INTEGRANTE DA EQUIPE DE PROJETO



Documento assinado eletronicamente em 17/05/2021, às 17:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1734554** e o código CRC **1BC88838**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.